

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANO – IESLA

PSICOLOGIA

**ÍTALO SIQUEIRA DE SOUSA
JANE RODRIGUES TACELI TAVEIRA**

APRENDIZAGEM E ENVELHECIMENTO: Uma análise da produção
científica sobre a educação da pessoa idosa

Belo Horizonte

2026

Ítalo Siqueira De Sousa
Jane Rodrigues Taceli Taveira

APRENDIZAGEM E ENVELHECIMENTO: Uma análise da produção
científica sobre a educação da pessoa idosa

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado no
Curso de Graduação em
Psicologia do Instituto de
Educação Superior Latino-
americano - IESLA como
requisito parcial para a
obtenção do título de
Bacharel em Psicologia

Prof. Orientador: Me.
Vinícius Figueiredo de
Oliveira

Belo Horizonte
2026

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar como a produção científica aborda a relação entre aprendizagem e envelhecimento, identificando as contribuições da educação para a promoção do envelhecimento ativo e para a manutenção da autonomia, das funções cognitivas e da qualidade de vida da pessoa idosa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, cuja análise contemplou dez artigos científicos selecionados e organizados em categorias temáticas. Os resultados indicam que a aprendizagem ao longo da vida favorece a preservação do desempenho cognitivo, fortalece a autonomia, amplia a participação social e contribui para a construção de novos projetos de vida. Os estudos analisados demonstram que o desempenho intelectual na velhice está relacionado não apenas à idade cronológica, mas também ao histórico de estimulação cognitiva, às experiências acumuladas e à motivação para aprender. Em contrapartida, fatores como idadismo, insegurança, medo do fracasso, exclusão digital e inadequação de práticas pedagógicas constituem importantes barreiras ao acesso e à permanência da pessoa idosa em experiências educativas. A revisão também revelou predominância de pesquisas voltadas aos aspectos neurocognitivos da aprendizagem, evidenciando a necessidade de ampliar investigações sobre dimensões psicológicas, pedagógicas e socioculturais do processo educativo na velhice. Conclui-se que a aprendizagem constitui um importante instrumento de promoção da saúde cognitiva, da participação social e do desenvolvimento humano, reforçando a necessidade de políticas e práticas educacionais que favoreçam uma longevidade mais ativa, inclusiva e participativa.

Palavras-chave: educação gerontológica; aprendizagem ao longo da vida; envelhecimento ativo; pessoa idosa; aprendizagem na velhice.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze how scientific literature addresses the relationship between learning and aging, identifying the contributions of education to the promotion of active aging and to the maintenance of autonomy, cognitive functions, and quality of life among older adults. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study developed through a literature review, in which the analysis included ten selected scientific articles organized into thematic categories. The results indicate that lifelong learning contributes to the preservation of cognitive performance, strengthens autonomy, expands social participation, and supports the construction of new life projects. The analyzed studies demonstrate that intellectual performance in old age is related not only to chronological age but also to the history of cognitive stimulation, accumulated experiences, and motivation to learn. Conversely, factors such as ageism, insecurity, fear of failure, digital exclusion, and inadequate pedagogical practices constitute significant barriers to older adults' access to and continued participation in educational experiences. The review also revealed a predominance of research focused on the neurocognitive aspects of learning, highlighting the need to expand investigations into the psychological, pedagogical, and sociocultural dimensions of the educational process in old age. It is concluded that learning represents an important instrument for promoting cognitive health, social participation, and human development, reinforcing the need for educational policies and practices that foster a more active, inclusive, and participatory longevity.

Keywords: gerontological education; lifelong learning; active aging; older adults; learning in old age.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Problema	9
1.2 Justificativa	10
1.3 Objetivos Gerais	12
1.4 Objetivos Específicos.....	12
2 DESENVOLVIMENTO	13
2.1 Metodologia.....	13
2.2 Resultados e Discussão.....	18
2.2.1 Aprendizagem, desempenho cognitivo e autonomia na velhice	18
2.2.2 Modalidades educativas e espaços de aprendizagem na velhice	21
2.2.3 Barreiras psicossociais à inserção da pessoa idosa aos estudos	24
2.2.4 O paradoxo entre a eficácia da aprendizagem e as lacunas da produção científica.....	26
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE A – QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE.....	37

1 INTRODUÇÃO

Os dados demográficos e a literatura científica apontam que o envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos mais significativos do século XXI (OMS, 2015). Em escala global, estima-se que o contingente de pessoas com 60 anos ou mais aumentará de aproximadamente 841 milhões, calculados em 2013, para cerca de 2 bilhões até o ano de 2050 (Organização Mundial da Saúde, 2015 apud Nações Unidas Brasil, 2015). No Brasil, esse processo ocorre de maneira particularmente acelerada. Entre 2012 e 2017, a população idosa cresceu 18% em apenas cinco anos, representando um acréscimo de aproximadamente 4,8 milhões de pessoas nessa faixa etária (IBGE, 2018). Paralelamente, a expectativa de vida ao nascer elevou-se de 45,5 anos em 1940 para 76,6 anos em 2024 (IBGE, 2024), evidenciando transformações profundas na estrutura etária da população brasileira.

O aumento da longevidade representa uma importante conquista social e sanitária, mas também impõe desafios relacionados à promoção da saúde, à participação social e à manutenção da autonomia durante o envelhecimento (OMS, 2015). Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir a senescência, entendida como o processo natural e progressivo de envelhecimento, da senilidade, associada a condições patológicas que podem comprometer o funcionamento físico, cognitivo e emocional do indivíduo (MORANDO et al., 2018). Embora o avanço da idade seja um fenômeno universal, a forma como ele é vivenciado depende de múltiplos fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que influenciam diretamente as oportunidades de desenvolvimento e participação ao longo do ciclo vital (OMS, 2015).

Sob essa perspectiva, a velhice deixa de ser compreendida exclusivamente como uma etapa de perdas e limitações e passa a ser reconhecida como um período marcado por possibilidades de crescimento, adaptação e construção de novos projetos de vida (OMS, 2015). Assim, uma vez que a longevidade, por si só, não garante condições favoráveis ao bem-estar, torna-se necessário compreender quais fatores podem contribuir para a manutenção da autonomia, da participação social e da qualidade de vida na maturidade.

Dentre os fatores associados à promoção da saúde mental, da qualidade de vida e da participação social na velhice, a aprendizagem destaca-se como um importante recurso (SANTOS et al., 2011). Sob a perspectiva da educação ao longo da vida, o acesso ao conhecimento não deve ser compreendido como uma prerrogativa exclusiva da infância ou da juventude, mas como um direito que acompanha o indivíduo em todas as fases da vida (DELORS et al., 1998). Nessa perspectiva, aprender significa ampliar possibilidades de atuação no mundo, fortalecer capacidades adaptativas e favorecer a construção de novos projetos pessoais diante das transformações inerentes ao envelhecimento (UNESCO, 2021).

Além de favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, a educação pode atuar como uma estratégia de enfrentamento aos estigmas historicamente associados à velhice. A literatura demonstra que representações sociais negativas frequentemente vinculam o envelhecimento à dependência, à improdutividade e à incapacidade de adaptação às mudanças sociais (MORANDO et al., 2018). Tais concepções tendem a influenciar não apenas a forma como a sociedade percebe a pessoa idosa, mas também a maneira como ela própria interpreta suas capacidades e possibilidades de participação social (MORANDO et al., 2018). Nesse contexto, experiências educativas podem contribuir para o fortalecimento da autoestima, do senso de pertencimento e da percepção de competência pessoal, favorecendo formas mais positivas de vivenciar o envelhecimento (UNESCO, 2021).

A relação entre aprendizagem e envelhecimento também encontra respaldo nas ciências cognitivas e neurobiológicas. Ambientes que estimulam o engajamento intelectual, a resolução de problemas, a interação social e a aquisição de novos conhecimentos favorecem processos adaptativos importantes para o funcionamento cognitivo ao longo da vida (KANDEL et al., 2014). Entre esses processos destaca-se a neuroplasticidade, compreendida como a capacidade do sistema nervoso de modificar sua organização estrutural e funcional em resposta às experiências e aos estímulos ambientais (KANDEL et al., 2014). Diferentemente de concepções tradicionais que associavam o envelhecimento a um declínio cognitivo uniforme e

irreversível, estudos contemporâneos demonstram que o cérebro preserva sua capacidade de adaptação mesmo em idades avançadas (KANDEL et al., 2014).

Do ponto de vista biológico, a aprendizagem contínua está associada a alterações funcionais relacionadas ao fortalecimento das conexões sinápticas, à reorganização de circuitos neurais e à otimização dos processos envolvidos na transmissão de informações pelo sistema nervoso (RODRIGUES; CIASCA, 2010). Em contrapartida, baixos níveis de estimulação cognitiva podem contribuir para uma redução nessa neuroplasticidade, aumentando a vulnerabilidade a prejuízos cognitivos relacionados ao envelhecimento e a doenças neurodegenerativas (GRADY, 2008).

Complementarmente à neuroplasticidade, destaca-se o conceito de reserva cognitiva, definido como a capacidade do cérebro de utilizar estratégias compensatórias capazes de minimizar os impactos funcionais decorrentes de alterações estruturais associadas ao envelhecimento ou a processos patológicos (STERN, 2009). Esse conceito sugere que indivíduos expostos ao longo da vida a maiores oportunidades de estimulação intelectual, educacional, profissional e sociocultural tendem a apresentar maior capacidade de adaptação diante de perdas cognitivas (STERN, 2009; RESERVE AND RESILIENCE, 2024).

Essa capacidade está intimamente associada ao curso de aprendizado ao longo da vida, uma vez que quanto maior o engajamento intelectual, mais robusta tende a ser a reserva cognitiva acumulada pelo indivíduo (RESERVE AND RESILIENCE, 2024). Sob essa ótica, a preservação das funções mentais na maturidade deixa de ser compreendida exclusivamente como um fenômeno biológico e passa a ser interpretada como resultado de uma trajetória marcada pela exposição contínua a experiências de aprendizagem e estimulação cognitiva (STERN, 2009).

As transformações tecnológicas observadas nas últimas décadas ampliam ainda mais a relevância da aprendizagem ao longo da vida. O acesso a serviços públicos, recursos financeiros, informações em saúde e formas de comunicação interpessoal ocorre cada vez mais por meios digitais, exigindo o desenvolvimento contínuo de novas competências (UNESCO, 2021). Nesse cenário, a inclusão digital da população idosa emerge como um importante desafio contemporâneo, uma vez que a exclusão tecnológica pode ampliar desigualdades sociais, restringir a participação cidadã e limitar oportunidades de autonomia (OMS, 2015). Em contrapartida, iniciativas educativas voltadas à alfabetização digital podem favorecer a independência funcional, a ampliação das redes de apoio social e o acesso a diferentes recursos necessários à vida cotidiana (UNESCO, 2021).

A aprendizagem, entretanto, não se restringe ao contexto escolar formal. A literatura reconhece a existência de diferentes modalidades educativas que coexistem e se complementam ao longo da vida (GOHN, 2014). A educação formal refere-se aos processos desenvolvidos em instituições de ensino estruturadas e regulamentadas, geralmente associados à certificação acadêmica (GOHN, 2014). A educação não formal corresponde a atividades organizadas que ocorrem em contextos comunitários, culturais ou institucionais, sem necessariamente conduzirem à certificação formal (UIS, 2012). Já a educação informal manifesta-se nas experiências cotidianas, nas relações familiares, nas interações sociais, no trabalho, no lazer e em diferentes espaços de convivência social (GOHN, 2014).

Independentemente do contexto em que ocorre, a aprendizagem na velhice caracteriza-se pela diversidade de trajetórias, interesses e experiências acumuladas ao longo da vida (SAUNER, 2009). Diferentemente de modelos pedagógicos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos, o processo educativo voltado à pessoa idosa tende a demandar estratégias que valorizem conhecimentos prévios, participação ativa, diálogo e aplicabilidade prática dos conteúdos trabalhados (BELLAN, 2005). Tal compreensão torna-se particularmente relevante diante da heterogeneidade que caracteriza o envelhecimento humano.

Apesar dos benefícios associados à aprendizagem ao longo da vida, a participação da população idosa em processos educativos ainda encontra obstáculos importantes. Barreiras relacionadas ao preconceito etário, à desvalorização social da velhice, à insegurança quanto ao próprio desempenho e à internalização de estereótipos negativos podem reduzir o interesse e o engajamento em atividades educacionais (MORANDO et al., 2018). Além disso, fatores econômicos, institucionais, tecnológicos e culturais podem limitar o acesso a oportunidades de aprendizagem, especialmente entre grupos socialmente mais vulneráveis (OMS, 2015; UNESCO, 2021).

Diante desse cenário, compreender a relação entre aprendizagem e envelhecimento torna-se fundamental para subsidiar práticas educativas, políticas públicas e estratégias de promoção da saúde voltadas à população idosa. Considerando a crescente produção científica sobre a temática, faz-se necessária a sistematização dos conhecimentos disponíveis, permitindo identificar tendências, convergências e lacunas presentes na literatura especializada.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a produção científica relacionada à educação gerontológica, à aprendizagem na velhice e à inserção da pessoa idosa em espaços educativos formais, não formais e informais. Busca-se compreender como a literatura tem abordado essa temática, identificar as principais contribuições atribuídas aos processos de aprendizagem no envelhecimento e discutir os desafios ainda existentes para a ampliação das oportunidades educativas ao longo da vida.

1.1 Problema

Apesar do crescente interesse acadêmico pela educação gerontológica e a inserção da pessoa idosa em processos educativos, a produção científica apresenta abordagens heterogêneas acerca do tema. Os estudos discutem diferentes dimensões do fenômeno, incluindo benefícios cognitivos, impactos psicossociais, práticas pedagógicas, experiências em contextos formais e não formais de ensino, além das barreiras que dificultam o acesso e a permanência desse público em atividades educativas (GOHN, 2014; NUNES; POCAHY, 2023).

Entretanto, observa-se que parte dessa produção encontra-se dispersa entre distintos campos do conhecimento, dificultando a identificação de consensos, divergências e lacunas presentes na literatura. Embora existam evidências acerca das contribuições da aprendizagem para o envelhecimento ativo, ainda são necessários esforços de sistematização capazes de reunir e analisar criticamente os achados disponíveis, permitindo compreender de que maneira a educação tem sido abordada como estratégia de promoção da autonomia, da inclusão social e da qualidade de vida na velhice (OMS, 2015; UNESCO, 2021).

Diante desse cenário, emerge a necessidade de investigar como a literatura científica tem discutido a relação entre envelhecimento e aprendizagem, identificando os principais benefícios atribuídos aos processos educativos, os obstáculos à participação da população idosa e as perspectivas teóricas predominantes sobre o tema. Assim, o presente estudo busca responder à seguinte questão norteadora: **Qual é o panorama da produção científica sobre a inserção de pessoas idosas em processos de aprendizagem e educação gerontológica, considerando os benefícios, desafios e contribuições atribuídos à educação formal, não formal e informal para o envelhecimento ativo?**

1.2 Justificativa

A temática da educação gerontológica tem recebido crescente atenção em diferentes áreas do conhecimento, especialmente diante das transformações sociais, culturais e educacionais associadas ao aumento da longevidade (UNESCO, 2021). Entretanto, apesar da ampliação do interesse acadêmico pelo envelhecimento, observa-se que as discussões sobre aprendizagem na velhice encontram-se dispersas em diferentes campos disciplinares, incluindo Psicologia, Educação, Gerontologia, Saúde Coletiva e Ciências Sociais, o que dificulta a construção de uma compreensão integrada sobre o fenômeno (NUNES; POCAHY, 2023).

No Brasil, essa necessidade torna-se ainda mais relevante diante das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa Idosa, por meio da Lei nº 10.741/2003, que

reconhece o acesso à educação, à cultura, ao lazer e ao desenvolvimento pessoal como direitos fundamentais da população idosa (BRASIL, 2003). Embora a legislação avance no reconhecimento desses direitos, sua efetivação depende da produção e sistematização de conhecimentos capazes de subsidiar ações educacionais, políticas públicas e intervenções profissionais voltadas às necessidades específicas desse público (BRASIL, 2003).

Além disso, a literatura científica apresenta abordagens diversas acerca da aprendizagem na velhice, contemplando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos do processo educativo (GOHN, 2014; SAUNER, 2009). Entretanto, nem sempre essas produções dialogam entre si, dificultando a identificação de convergências teóricas, divergências interpretativas e lacunas ainda existentes no campo da educação gerontológica (NUNES; POCAHY, 2023). Nesse sentido, a realização de estudos de revisão torna-se particularmente relevante por possibilitar a organização crítica do conhecimento já produzido, favorecendo uma visão mais ampla do estado atual da literatura científica.

A pertinência desta investigação também se fundamenta na necessidade de compreender como a produção acadêmica tem abordado as potencialidades e os desafios relacionados à inserção da pessoa idosa em processos educativos formais, não formais e informais. Embora existam evidências sobre os benefícios da aprendizagem ao longo da vida, ainda se observa a presença de obstáculos relacionados à acessibilidade, às práticas pedagógicas, aos estereótipos sociais sobre o envelhecimento e às condições de participação da população idosa em experiências educacionais (MORANDO et al., 2018; GOHN, 2014). Mapear essas discussões possibilita identificar aspectos já consolidados pela literatura e elementos que demandam maior aprofundamento científico.

Sob a perspectiva profissional, os resultados desta pesquisa podem oferecer subsídios relevantes para psicólogos, educadores, gerontólogos, profissionais da

saúde e gestores públicos interessados na promoção do envelhecimento ativo e da participação social da pessoa idosa (OMS, 2015). A sistematização das evidências disponíveis pode contribuir para o desenvolvimento de práticas mais sensíveis às especificidades desse público, favorecendo a construção de ambientes educativos que reconheçam a diversidade das trajetórias de vida e valorizem o potencial de aprendizagem presente ao longo de todo o ciclo vital (BELLAN, 2005; SAUNER, 2009).

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de reunir, organizar e analisar criticamente a produção científica relacionada à educação gerontológica e à aprendizagem na velhice, contribuindo para a consolidação do conhecimento na área e para o fortalecimento de práticas e políticas comprometidas com a promoção da autonomia, da participação social e da qualidade de vida da população idosa.

1.3 Objetivos Gerais

Descrever o panorama da literatura científica acerca da participação de indivíduos idosos em contextos de aprendizagem formal, não formal e informal, analisando, por meio de estudos selecionados, as contribuições desses processos educativos para a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

1.4 Objetivos Específicos

1. Identificar produções científicas contemporâneas em bases de dados reconhecidas que abordem a inserção de idosos em contextos de aprendizagem formal, não formal e informal;
2. Analisar as convergências e divergências teóricas presentes nas produções selecionadas acerca da educação gerontológica e do envelhecimento ativo;
3. Investigar e comparar as principais contribuições e lacunas teóricas presentes nos estudos sobre educação gerontológica e aprendizagem na velhice;
4. Desenvolver uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da educação como instrumento de promoção da autonomia, participação social e qualidade de vida na velhice.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Esse delineamento metodológico foi escolhido por possibilitar a sistematização e a análise crítica do conhecimento científico já produzido acerca da educação gerontológica, da aprendizagem na velhice e da inserção da pessoa idosa em processos educativos, permitindo identificar tendências teóricas, convergências, divergências e lacunas presentes na literatura especializada.

A revisão bibliográfica constitui um procedimento metodológico amplamente utilizado quando se busca compreender o estado atual do conhecimento sobre determinado fenômeno, reunindo contribuições produzidas em diferentes contextos e possibilitando uma análise integrada das evidências disponíveis (GIL, 2008). No presente estudo, optou-se por esse delineamento por compreender que a temática da educação na velhice envolve diferentes áreas do conhecimento, como Psicologia, Educação, Gerontologia, Saúde Coletiva e Ciências Sociais, demandando uma abordagem capaz de integrar perspectivas diversas sobre o objeto investigado.

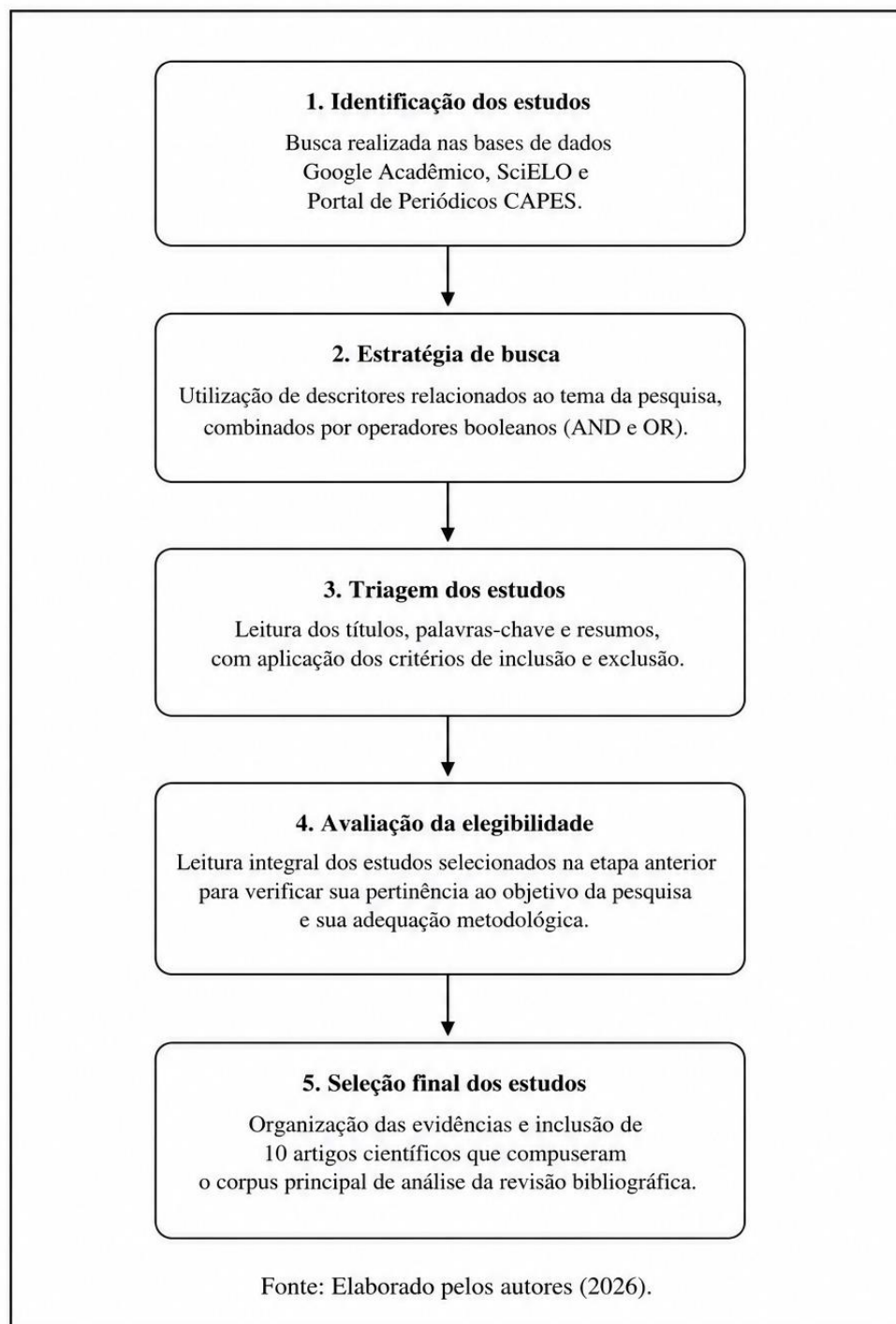
A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES. A escolha dessas bases fundamentou-se em sua ampla cobertura da produção científica nacional e internacional, reunindo artigos revisados por pares, periódicos especializados, dissertações, teses e demais publicações relevantes para as áreas de Psicologia, Educação, Gerontologia e Saúde. Complementarmente, foram consultados livros acadêmicos, documentos institucionais e obras clássicas utilizadas exclusivamente para a fundamentação conceitual desenvolvida na introdução.

A estratégia de busca foi elaborada a partir do objetivo da pesquisa e contemplou descritores relacionados aos principais eixos temáticos investigados, dentre eles: "educação gerontológica", "aprendizagem na velhice", "educação de idosos", "envelhecimento ativo", "aprendizagem ao longo da vida", "educação formal", "educação não formal" e "educação informal". Os descritores foram empregados de forma isolada e combinada, utilizando os operadores booleanos AND, para restringir a busca à intersecção entre diferentes conceitos, e OR, para ampliar a recuperação de estudos por meio da inclusão de termos equivalentes ou semanticamente relacionados. A estratégia principal de busca foi estruturada da seguinte forma: ("educação gerontológica" OR "aprendizagem na velhice" OR "educação de idosos") AND ("envelhecimento ativo" OR "aprendizagem ao longo da vida") AND ("educação formal" OR "educação não formal").

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre os anos de 2004 e 2025, disponíveis na íntegra, redigidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e que abordassem diretamente a relação entre envelhecimento, aprendizagem, educação gerontológica ou inserção da pessoa idosa em processos educativos. O recorte temporal adotado buscou contemplar a produção científica mais contemporânea sobre o tema, sem desconsiderar estudos considerados referenciais para a consolidação da educação gerontológica nas últimas décadas. Paralelamente, livros, documentos institucionais e obras clássicas reconhecidas na área foram utilizados exclusivamente para subsidiar a fundamentação teórica apresentada na introdução, não compondo o corpus analítico da revisão.

Como critérios de exclusão, foram eliminados estudos duplicados, publicações indisponíveis em texto completo, trabalhos cujo foco principal não estivesse relacionado à temática investigada, bem como produções que abordassem exclusivamente aspectos biomédicos do envelhecimento sem estabelecer relação com processos de aprendizagem, educação ou desenvolvimento humano.

Após a realização das buscas, iniciou-se um processo sistemático de triagem dos materiais identificados. Em um primeiro momento, procedeu-se à leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, visando verificar a aderência dos estudos aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, os trabalhos potencialmente elegíveis foram submetidos à leitura integral para confirmação do atendimento aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Ao término desse processo, foram selecionados dez artigos científicos, os quais constituíram o corpus principal de análise. As etapas de identificação, triagem, avaliação da elegibilidade e seleção dos estudos são apresentadas de forma esquemática no Fluxograma 1.

Fluxograma 1 — Processo de seleção dos estudos incluídos na revisão bibliográfica^a

Os estudos selecionados foram submetidos às etapas de leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, buscando não apenas identificar seus resultados individuais, mas também estabelecer relações de convergência, divergência e complementaridade entre as evidências produzidas. Posteriormente, os achados foram organizados por meio de categorização temática, permitindo agrupar conteúdos

com proximidade conceitual e construir uma interpretação integrada da produção científica analisada.

Desse processo emergiram quatro eixos que orientaram a seção de resultados e discussão: **(I)** aprendizagem, desempenho cognitivo e autonomia na velhice; **(II)** modalidades educativas e espaços de aprendizagem na velhice; **(III)** barreiras psicossociais à inserção da pessoa idosa nos processos educativos; e **(IV)** o paradoxo entre a eficácia da aprendizagem e as lacunas da produção científica. Essa organização permitiu discutir os estudos de maneira comparativa, privilegiando a articulação entre as evidências encontradas em detrimento da simples descrição isolada dos artigos selecionados.

A análise dos estudos buscou identificar não apenas os benefícios atribuídos à aprendizagem ao longo da vida, mas também compreender as perspectivas teóricas predominantes, as limitações metodológicas recorrentes, os fatores associados ao acesso e à permanência da população idosa em espaços educativos e as lacunas ainda existentes na produção científica sobre a temática. Dessa forma, procurou-se construir uma interpretação crítica da literatura, evidenciando tanto os consensos quanto os aspectos que permanecem insuficientemente explorados pelas pesquisas disponíveis.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais previamente publicados e de acesso público, não houve participação direta de seres humanos, coleta de dados primários ou acesso a informações de caráter sigiloso, razão pela qual o estudo não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as normativas brasileiras aplicáveis às pesquisas dessa natureza.

A caracterização dos estudos selecionados encontra-se apresentada no Quadro 1, disponível no Apêndice A, no qual são sintetizadas informações referentes aos autores, ano de publicação, objetivos, delineamento metodológico e principais achados identificados, proporcionando uma visão geral do corpus utilizado na presente investigação.

2.2 Resultados e Discussão

2.2.1 Aprendizagem, desempenho cognitivo e autonomia na velhice

A análise dos estudos selecionados evidencia um consenso consistente quanto à manutenção da capacidade de aprendizagem durante o envelhecimento, contrariando concepções que associam a velhice a um processo inevitável de declínio intelectual. Embora as investigações tenham sido conduzidas em contextos distintos, os achados convergem ao demonstrar que o desempenho cognitivo na velhice permanece sensível aos estímulos ambientais e às oportunidades de aprendizagem, sugerindo que a idade cronológica, isoladamente, possui baixo poder explicativo sobre o potencial intelectual da pessoa idosa (MENEZES; NASCIMENTO, 2011; IMLACH et al., 2017).

Entre os estudos analisados, a investigação longitudinal desenvolvida por Menezes e Nascimento (2011) apresenta uma das evidências quantitativas mais robustas desta revisão. Ao acompanhar idosos brasileiros durante um período de oito anos por meio da aplicação da Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS-III), as autoras observaram que os participantes classificados como "idosos-jovens", com idade de até 74 anos, não apenas preservaram o desempenho cognitivo ao longo do acompanhamento, como, em média, apresentaram ganhos estatisticamente significativos nos índices de Compreensão Verbal (de 102,27 para 106,25) e Organização Perceptual (de 102,94 para 107,93). Destaca-se, ainda, o aumento observado no subteste de Raciocínio Matricial, indicando que habilidades relacionadas ao raciocínio abstrato e à resolução de problemas permanecem suscetíveis ao aperfeiçoamento mesmo em fases avançadas do envelhecimento (MENEZES; NASCIMENTO, 2011).

Os resultados encontrados por Imlach et al. (2017) ampliam essa discussão ao deslocar o foco da preservação cognitiva para os fatores associados ao desempenho acadêmico. Investigando estudantes universitários com idades entre 50 e 79 anos, os autores verificaram que o histórico de envolvimento em atividades intelectualmente estimulantes durante a meia-idade constituiu um preditor de desempenho universitário aproximadamente três vezes mais forte do que o nível de escolaridade previamente alcançado. Em contrapartida, variáveis frequentemente associadas ao declínio cognitivo, como a idade cronológica e determinados marcadores genéticos, incluindo os polimorfismos APOE e BDNF, não demonstraram influência significativa sobre os resultados acadêmicos obtidos. Esses achados reforçam a compreensão de que trajetórias marcadas por estimulação intelectual contínua podem exercer maior impacto sobre a aprendizagem do que características biológicas tradicionalmente consideradas limitantes (IMLACH et al., 2017).

Quando analisados em conjunto, os estudos de Menezes e Nascimento (2011) e Imlach et al. (2017) revelam uma importante convergência: ambos indicam que a aprendizagem na velhice depende menos da idade cronológica do que das oportunidades de estimulação cognitiva acumuladas ao longo da vida. Enquanto o primeiro evidencia a manutenção e, em alguns casos, o aprimoramento, de habilidades cognitivas específicas ao longo do tempo, o segundo demonstra que indivíduos que permaneceram intelectualmente ativos apresentam maior capacidade de adaptação às demandas acadêmicas, mesmo após longos períodos afastados da educação formal. Assim, as duas pesquisas sustentam, por perspectivas metodológicas distintas, que o envelhecimento não determina, por si só, o desempenho intelectual futuro.

Além da preservação do desempenho cognitivo, parte da literatura aponta repercussões concretas da aprendizagem sobre a funcionalidade cotidiana da pessoa idosa. Matos et al. (2021), ao reunir evidências acerca de programas de estimulação cognitiva e treinamentos de dupla tarefa, descrevem melhorias em funções executivas relacionadas ao planejamento, à atenção dividida e ao controle inibitório, competências diretamente associadas à realização segura das atividades da vida

diária. Embora esses estudos não tenham investigado contextos escolares propriamente ditos, seus resultados sugerem que experiências sistemáticas de aprendizagem podem produzir efeitos que extrapolam o domínio cognitivo, repercutindo na preservação da independência funcional e na capacidade de enfrentamento das demandas impostas pelo envelhecimento (MATOS et al., 2021).

Sob outra perspectiva, De Bortoli e Marchi (2022) deslocam a discussão para os efeitos produzidos pelas características das experiências educativas. As autoras identificam que metodologias centradas na participação ativa dos idosos, na aprendizagem colaborativa e em conteúdos relacionados aos seus interesses pessoais favorecem melhorias percebidas na comunicação, na autoconfiança e na disposição para enfrentar novos desafios intelectuais. Diferentemente dos estudos voltados predominantemente ao desempenho neurocognitivo, essa investigação evidencia que os benefícios da aprendizagem também se expressam na forma como a pessoa idosa percebe suas próprias capacidades, fortalecendo recursos subjetivos indispensáveis para a continuidade do processo educativo (DE BORTOLI; MARCHI, 2022).

Observa-se, portanto, que os estudos analisados descrevem benefícios complementares e progressivos da aprendizagem durante o envelhecimento. Enquanto algumas pesquisas demonstram ganhos objetivos por meio de testes cognitivos padronizados e indicadores de desempenho acadêmico (MENEZES; NASCIMENTO, 2011; IMLACH et al., 2017), outras evidenciam repercussões sobre aspectos funcionais e psicossociais relacionados à autonomia, à autoconfiança e à participação cotidiana (MATOS et al., 2021; DE BORTOLI; MARCHI, 2022). Essa complementaridade amplia a compreensão do fenômeno, indicando que o impacto da aprendizagem não se restringe ao aprimoramento de funções cognitivas específicas, mas alcança dimensões que sustentam a independência, a participação social e a qualidade de vida na velhice.

Em síntese, a literatura analisada permite compreender que a aprendizagem constitui um recurso com repercussões simultaneamente cognitivas, funcionais e subjetivas. Mais do que preservar habilidades intelectuais, os estudos sugerem que o envolvimento contínuo em experiências educativas fortalece a capacidade adaptativa da pessoa idosa diante das transformações inerentes ao envelhecimento, reafirmando a aprendizagem como um elemento estratégico para a manutenção da autonomia e para a ampliação das possibilidades de participação social ao longo da longevidade.

2.2.2 Modalidades educativas e espaços de aprendizagem na velhice

A análise dos estudos selecionados evidencia que a aprendizagem na velhice constitui um processo que extrapola os limites da educação escolar tradicional, desenvolvendo-se em diferentes contextos sociais, institucionais e comunitários. Embora cada modalidade educativa apresente objetivos e características próprias, os artigos convergem ao demonstrar que a complementaridade entre experiências formais, não formais e informais amplia as oportunidades de participação, favorece diferentes formas de aprendizagem e atende à heterogeneidade que caracteriza o envelhecimento (BARROS et al., 2021; DE BORTOLI; MARCHI, 2022; GÓMEZ, 2015; GRAEFF et al., 2019).

No conjunto dos estudos analisados, a educação formal aparece como um importante espaço de reconstrução de trajetórias interrompidas e de reafirmação da capacidade intelectual da pessoa idosa. Barros et al. (2021) descrevem que o retorno à escolarização representa, para muitos participantes, a retomada de um direito historicamente negado, atribuindo à educação um significado que ultrapassa a certificação acadêmica e alcança dimensões relacionadas à cidadania, à autoestima e ao reconhecimento social. Essa compreensão é reforçada pelos achados de Imlach et al. (2017), que demonstram que estudantes universitários entre 50 e 79 anos alcançaram elevado desempenho acadêmico independentemente da idade cronológica, sendo a motivação para aprender e o histórico de estimulação intelectual fatores muito mais relevantes do que experiências escolares pregressas. Em conjunto, essas investigações sugerem que o ambiente formal pode constituir um espaço de desenvolvimento contínuo, desde que reconheça as especificidades do aprendiz idoso

e rompa com pressupostos que associam envelhecimento à incapacidade para aprender (BARROS et al., 2021; IMLACH et al., 2017).

Por outro lado, observa-se que grande parte das experiências descritas pelos estudos ocorre em ambientes de educação não formal, especialmente em programas comunitários, Universidades Abertas à Terceira Idade e ações educativas desenvolvidas nos serviços de saúde. Diferentemente da lógica escolar convencional, esses espaços priorizam processos participativos, maior flexibilidade curricular e conteúdos relacionados às demandas concretas da vida cotidiana. De Bortoli e Marchi (2022) verificaram que idosos demonstram preferência por metodologias baseadas na aprendizagem colaborativa, na troca de experiências e em conteúdos de aplicação prática imediata, favorecendo maior envolvimento durante as atividades propostas. De forma complementar, Gómez (2015) observa que práticas educativas fundamentadas no diálogo e na participação ativa possibilitam que o idoso deixe de ocupar uma posição passiva diante do conhecimento para assumir maior protagonismo na tomada de decisões relacionadas ao autocuidado e à própria saúde. Assim, mais do que transmitir informações, esses espaços promovem processos de fortalecimento da autonomia, da participação social e da construção coletiva do conhecimento (DE BORTOLI; MARCHI, 2022; GÓMEZ, 2015).

Embora menos institucionalizada, a aprendizagem informal também ocupa posição relevante na literatura analisada. Diferentemente dos ambientes estruturados, ela emerge das experiências cotidianas, das relações familiares, da convivência comunitária, do lazer e das interações estabelecidas ao longo da vida. Entretanto, os estudos demonstram que a efetividade desses processos depende significativamente das condições sociais nas quais o envelhecimento ocorre. Oliveira e Gabry (2020) descrevem que o idadismo e a denominada "patologia da solidão" podem limitar as oportunidades de troca de experiências, reduzindo o contato social e restringindo situações espontâneas de aprendizagem. Em perspectiva semelhante, Graeff et al. (2019) verificaram que fatores relacionados à acessibilidade urbana, à segurança e ao respeito intergeracional influenciam diretamente a circulação da pessoa idosa pelos espaços públicos, condicionando sua participação em atividades culturais,

comunitárias e educativas. Esses resultados sugerem que aprender informalmente depende não apenas da disposição individual, mas também da existência de ambientes socialmente inclusivos capazes de favorecer encontros, vínculos e participação comunitária (OLIVEIRA; GABRY, 2020; GRAEFF et al., 2019).

Ao comparar as diferentes modalidades educativas, observa-se que elas não competem entre si, mas desempenham funções complementares ao longo do envelhecimento. Enquanto a educação formal favorece a retomada de percursos educacionais e a conquista de novos níveis de escolarização, os contextos não formais ampliam oportunidades de convivência, participação e desenvolvimento pessoal, ao passo que a aprendizagem informal acompanha continuamente a vida cotidiana, permitindo que novos conhecimentos sejam construídos a partir das experiências sociais. Essa articulação demonstra que o potencial educativo da velhice não pode ser compreendido exclusivamente pelo número de anos de escolarização, mas pelo conjunto de oportunidades de aprendizagem disponíveis ao longo da trajetória de vida (BARROS et al., 2021; GÓMEZ, 2015; GRAEFF et al., 2019).

Outro aspecto recorrente identificado nos estudos refere-se ao papel desempenhado pelas características pedagógicas desses diferentes espaços. Independentemente da modalidade educativa, observa-se maior engajamento quando as práticas valorizam a experiência acumulada, promovem relações horizontais entre educadores e aprendizes e estabelecem conexões entre o conteúdo desenvolvido e as demandas concretas do cotidiano. Nesse sentido, os trabalhos de Unicovsky (2004) e Pereira (2018) convergem ao defender que a aprendizagem torna-se mais significativa quando reconhece a trajetória de vida da pessoa idosa como elemento constitutivo do próprio processo educativo, deslocando o foco da simples transmissão de conteúdos para a construção compartilhada do conhecimento.

Em síntese, os estudos analisados permitem compreender que a aprendizagem na velhice configura um fenômeno multidimensional, sustentado pela interação entre

diferentes modalidades educativas e pelas múltiplas experiências acumuladas ao longo da vida. Mais do que ambientes distintos, os espaços formal, não formal e informal revelam-se contextos complementares de desenvolvimento humano, cuja efetividade depende da capacidade de reconhecer a singularidade do aprendiz idoso e de favorecer sua participação ativa nos processos de construção do conhecimento.

2.2.3 Barreiras psicossociais à inserção da pessoa idosa aos estudos

Embora os estudos analisados demonstrem que a aprendizagem permanece possível durante o envelhecimento, a participação da pessoa idosa em experiências educativas ainda é marcada por obstáculos que extrapolam limitações cognitivas ou funcionais. A literatura revisada indica que fatores emocionais, sociais e ambientais exercem influência decisiva sobre o ingresso, a permanência e o envolvimento em processos educativos, evidenciando que o acesso ao conhecimento depende igualmente das condições subjetivas e contextuais em que esse aprendizado ocorre (DE BORTOLI; MARCHI, 2022; OLIVEIRA; GABRY, 2020; GRAEFF et al., 2019).

Entre as barreiras mais recorrentes identificadas pelos estudos, destacam-se o medo do fracasso, a vergonha relacionada ao baixo nível de escolarização e a insegurança diante da possibilidade de expor dificuldades de aprendizagem. De Bortoli e Marchi (2022) observaram que muitos idosos demonstram receio de retornar aos estudos por acreditarem que não conseguirão acompanhar o ritmo das atividades ou que serão avaliados negativamente por colegas e professores. Em diversos relatos analisados pelas autoras, a comparação com estudantes mais jovens aparece como um fator gerador de ansiedade, diminuindo a confiança necessária para iniciar ou permanecer em experiências educativas (DE BORTOLI; MARCHI, 2022).

Esses sentimentos são reforçados por experiências acumuladas ao longo da trajetória de vida. Barros et al. (2021) demonstram que parcela significativa das pessoas idosas vivenciou processos de exclusão escolar decorrentes das condições econômicas e sociais existentes durante a infância e juventude. Nesses casos, o retorno aos estudos representa não apenas uma oportunidade de aprendizagem, mas também o

reencontro com experiências anteriormente interrompidas, frequentemente acompanhadas por sentimentos ambíguos de expectativa, insegurança e receio de reviver situações de fracasso escolar (BARROS et al., 2021).

Outro aspecto recorrente refere-se à influência das relações sociais sobre a motivação para aprender. Oliveira e Gabry (2020) descrevem que situações prolongadas de isolamento e fragilização dos vínculos sociais podem reduzir o interesse pela participação em atividades educativas, favorecendo a internalização da ideia de que o aprendizado pertence exclusivamente às fases iniciais da vida. Segundo os autores, esse processo produz um afastamento progressivo dos espaços de convivência, limitando oportunidades de interação, troca de experiências e construção coletiva do conhecimento (OLIVEIRA; GABRY, 2020).

As barreiras identificadas, entretanto, não se restringem às dimensões subjetivas. Graeff et al. (2019) evidenciam que características do ambiente urbano também interferem diretamente na participação da pessoa idosa em atividades educativas e comunitárias. Em investigação realizada com moradores do bairro da Mooca, os autores verificaram que dificuldades de mobilidade, inadequações na infraestrutura urbana, sensação de insegurança e ausência de acessibilidade reduzem significativamente a circulação dos idosos em espaços coletivos. Nessa perspectiva, a possibilidade de aprender passa a depender também das condições concretas de deslocamento e permanência nesses ambientes, indicando que políticas de educação para a velhice não podem ser dissociadas das políticas de acessibilidade e inclusão social (GRAEFF et al., 2019).

Outro elemento que emerge da literatura refere-se às transformações tecnológicas contemporâneas. Embora poucos estudos da presente revisão abordem diretamente esse aspecto, observa-se que a crescente digitalização dos serviços públicos, dos processos educativos e das formas de comunicação amplia novos desafios para a população idosa. A utilização de plataformas digitais para matrícula, acesso a

materiais didáticos e participação em atividades remotas pode representar um fator adicional de exclusão quando não são oferecidas oportunidades de alfabetização digital e suporte adequado ao processo de aprendizagem. Assim, a inclusão educacional na velhice passa também pelo desenvolvimento de competências digitais que possibilitem a participação plena na sociedade contemporânea (UNESCO, 2021; BRASIL, 2003).

Apesar da diversidade dessas barreiras, os estudos analisados convergem ao demonstrar que elas não refletem uma incapacidade inerente ao envelhecimento. Pelo contrário, quando confrontadas com as evidências apresentadas por Menezes e Nascimento (2011) e Imlach et al. (2017), torna-se evidente que muitos dos obstáculos encontrados decorrem de fatores sociais e psicológicos, e não de limitações cognitivas propriamente ditas. Enquanto esses autores demonstram a manutenção da capacidade de aprendizagem e do desempenho intelectual, as pesquisas discutidas neste tópico revelam que o principal desafio consiste em criar condições que permitam às pessoas idosas reconhecerem e exercerem esse potencial (MENEZES; NASCIMENTO, 2011; IMLACH et al., 2017).

Dessa forma, a literatura permite compreender que a inserção da pessoa idosa em experiências educativas depende de uma abordagem que ultrapasse a simples oferta de vagas ou cursos. O enfrentamento das barreiras psicossociais identificadas requer ambientes acolhedores, práticas institucionais inclusivas e estratégias capazes de fortalecer a confiança, a autonomia e o sentimento de pertencimento dos participantes. Sob essa perspectiva, ampliar o acesso à educação significa também promover condições para que a pessoa idosa reconheça a aprendizagem como um direito possível e compatível com sua trajetória de vida.

2.2.4 O paradoxo entre a eficácia da aprendizagem e as lacunas da produção científica

Embora os estudos analisados apresentem resultados amplamente favoráveis à aprendizagem na velhice, a análise integrada da literatura evidencia um paradoxo

importante. Ao mesmo tempo em que existe relativo consenso acerca dos benefícios decorrentes da participação da pessoa idosa em experiências educativas, ainda permanecem pouco esclarecidos os mecanismos que explicam como esses benefícios são produzidos, quais características das intervenções potencializam seus efeitos e quais estratégias favorecem o acesso e a permanência desse público nos diferentes contextos educacionais (MENEZES; NASCIMENTO, 2011; IMLACH et al., 2017; MATOS et al., 2021).

Observa-se que a maior parte das pesquisas concentra seus esforços em demonstrar os efeitos positivos da aprendizagem sobre diferentes dimensões do envelhecimento. Em conjunto, os estudos apontam melhorias relacionadas ao desempenho cognitivo, à autonomia funcional, à autoestima, ao fortalecimento dos vínculos sociais e à ampliação da participação comunitária (BARROS et al., 2021; DE BORTOLI; MARCHI, 2022; GÓMEZ, 2015). Entretanto, verifica-se menor investimento científico na compreensão dos processos pedagógicos responsáveis pela produção desses resultados, fazendo com que muitas investigações respondam satisfatoriamente **o que** a aprendizagem promove, mas ofereçam respostas limitadas sobre **como, em quais condições e por meio de quais práticas educativas** tais benefícios são efetivamente construídos.

Essa característica torna-se evidente ao se observar a diversidade metodológica presente entre os estudos selecionados. Enquanto algumas pesquisas adotam delineamentos longitudinais e utilizam instrumentos padronizados para avaliar mudanças cognitivas ao longo dos anos (MENEZES; NASCIMENTO, 2011), outras fundamentam suas análises em relatos de experiência, estudos qualitativos ou reflexões teóricas voltadas à compreensão dos aspectos sociais e educacionais da velhice (UNICOVSKY, 2004; PEREIRA, 2018). Embora essa pluralidade contribua para ampliar a compreensão do fenômeno sob diferentes perspectivas, ela também dificulta a comparação entre intervenções, limitando a construção de evidências suficientemente robustas acerca das metodologias educacionais mais eficazes para diferentes perfis de idosos.

Outro aspecto identificado refere-se à heterogeneidade das populações investigadas. Os artigos analisam indivíduos com diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, condições de saúde e contextos de aprendizagem, abrangendo desde participantes de programas de alfabetização até estudantes universitários, usuários de oficinas comunitárias e integrantes de programas voltados ao envelhecimento ativo (IMLACH et al., 2017; DE BORTOLI; MARCHI, 2022; MATOS et al., 2021). Embora essa diversidade reflita a complexidade do processo de envelhecimento e fortaleça a compreensão da aprendizagem como fenômeno multifacetado, ela também dificulta a generalização dos resultados e evidencia a necessidade de pesquisas que considerem de maneira mais sistemática as especificidades dos diferentes perfis de aprendizes idosos.

Além disso, verifica-se que variáveis psicológicas potencialmente decisivas para o engajamento educacional aparecem, na maioria das pesquisas, como elementos secundários de análise. Aspectos relacionados à motivação para aprender, ao senso de autoeficácia, ao pertencimento, à identidade acadêmica e às expectativas diante do processo educativo são frequentemente mencionados como fatores relevantes, porém raramente constituem o foco central das investigações (BARROS et al., 2021; DE BORTOLI; MARCHI, 2022; OLIVEIRA; GABRY, 2020). Esse cenário evidencia uma produção científica que privilegia a mensuração dos resultados da aprendizagem, mas ainda dedica menor atenção aos processos subjetivos que favorecem o ingresso, a permanência e o sucesso da pessoa idosa em experiências educativas.

Da mesma forma, observa-se relativa escassez de estudos voltados à avaliação das práticas pedagógicas propriamente ditas. Embora exista consenso de que metodologias participativas, contextualizadas e centradas na experiência do aprendiz favorecem maior engajamento (DE BORTOLI; MARCHI, 2022; GÓMEZ, 2015), ainda são pouco frequentes investigações comparativas capazes de identificar quais estratégias didáticas produzem melhores resultados em diferentes modalidades de ensino, sejam elas formais, não formais ou informais. Tal lacuna limita a elaboração de recomendações baseadas em evidências para profissionais da Educação, Psicologia e Gerontologia que atuam diretamente com esse público.

Nesse sentido, a revisão evidencia que a literatura científica atingiu importante grau de maturidade ao demonstrar que a aprendizagem permanece possível e benéfica durante a velhice. Entretanto, permanece o desafio de aprofundar a compreensão acerca dos fatores pedagógicos, psicológicos e institucionais que sustentam esses resultados. Assim, o principal avanço esperado para as próximas investigações não consiste mais em comprovar que pessoas idosas são capazes de aprender, mas em identificar quais condições educacionais favorecem maior permanência, engajamento, autonomia e desenvolvimento humano ao longo do envelhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica teve como objetivo analisar a produção científica acerca da inserção da pessoa idosa em processos de aprendizagem nos contextos formal, não formal e informal, buscando compreender como a literatura tem abordado as relações entre educação, envelhecimento e desenvolvimento humano. A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar convergências importantes, lacunas persistentes e desafios que permeiam a construção de oportunidades educativas destinadas à população idosa.

Os resultados evidenciaram que a aprendizagem na velhice constitui um fenômeno complexo e multidimensional, cujos impactos extrapolam a aquisição de conhecimentos e alcançam dimensões cognitivas, emocionais, sociais e identitárias. De modo geral, os estudos analisados convergem ao demonstrar que a participação em experiências educativas pode favorecer a manutenção de habilidades cognitivas, ampliar a participação social, fortalecer a autonomia e contribuir para a construção de novos projetos de vida. Tais benefícios foram observados em diferentes modalidades educativas, indicando que o potencial transformador da aprendizagem não se restringe aos espaços escolares formais, mas também se manifesta em contextos comunitários, culturais, intergeracionais e cotidianos.

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se à capacidade da educação de atuar como instrumento de valorização pessoal e reconstrução identitária. Em diversos estudos, o retorno aos estudos foi associado à retomada de oportunidades historicamente negadas, ao fortalecimento do sentimento de pertencimento e à ampliação da participação social. Nesse sentido, a aprendizagem mostrou-se capaz de promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também processos de ressignificação da própria trajetória de vida, contribuindo para que a pessoa idosa assuma um papel mais ativo diante dos desafios impostos pelo envelhecimento.

Entretanto, a revisão também revelou limitações importantes na produção científica analisada. Embora os benefícios da aprendizagem estejam amplamente documentados, observa-se uma predominância de pesquisas voltadas à descrição de resultados positivos, em detrimento da investigação das condições necessárias para que esses resultados sejam alcançados. Em outras palavras, a literatura demonstra com relativa consistência que a pessoa idosa é capaz de aprender e se beneficiar dos processos educativos, mas ainda oferece contribuições limitadas acerca das metodologias, estratégias pedagógicas e condições institucionais mais adequadas para favorecer seu acesso, permanência e engajamento nos diferentes contextos de aprendizagem.

Além disso, os estudos evidenciam que as dificuldades enfrentadas pela população idosa na inserção em experiências educativas não decorrem exclusivamente de fatores cognitivos ou biológicos. Barreiras relacionadas ao preconceito etário, à desvalorização social da velhice, ao medo do fracasso, à insegurança diante de novos desafios e à ausência de ambientes acolhedores foram identificadas como obstáculos recorrentes. Soma-se a esse cenário a crescente digitalização da vida contemporânea, que impõe novas exigências de adaptação e evidencia a necessidade de ações voltadas à inclusão digital da população idosa, ampliando suas possibilidades de participação social e exercício da cidadania.

A análise dos estudos permite concluir que a educação ocupa papel estratégico na promoção de um envelhecimento marcado por maior autonomia, participação social e desenvolvimento contínuo. Mais do que uma ferramenta para transmissão de conhecimentos, a aprendizagem apresenta-se como um recurso capaz de fortalecer vínculos sociais, ampliar possibilidades de atuação no mundo, favorecer a construção de sentido existencial e combater representações estigmatizantes associadas à velhice. Dessa forma, investir em oportunidades educativas para a população idosa significa reconhecer seu potencial de desenvolvimento e assegurar condições para que continue exercendo seu protagonismo ao longo de todo o ciclo vital.

Por fim, recomenda-se a ampliação de pesquisas que investiguem as dimensões pedagógicas, psicológicas e socioculturais da aprendizagem na velhice, especialmente no que se refere às metodologias de ensino, aos processos motivacionais, à inclusão digital e às estratégias de enfrentamento das barreiras psicossociais identificadas na literatura. Espera-se que os resultados desta revisão possam contribuir para o fortalecimento da educação gerontológica, subsidiando futuras investigações, práticas profissionais e políticas públicas comprometidas com a promoção de uma longevidade mais participativa, inclusiva e significativa.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. DA S. X. et al. **A Educação no entardecer da vida**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 113, p. 1115–1135, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902496>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

BELLAN, Zezina Soares. **Andragogia em ação**: Como ensinar adultos sem se tornar maçante. Santa Bárbara d'Oeste: SOCEP, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 26 maio 2026.

DE BORTOLI, Lis Ângela de; MARCHI, Ana Carolina Bertoletti de. **Educação não formal de idosos**: revisão sistemática de metodologias de ensino. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, p. e76111234278, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34278>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/34278>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos**. Investigar em Educação, v. 1, n. 2, p. 35-50, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.34626/eq3hmg58>. Acesso em: 24 maio. 2026.

GÓMEZ, Sheila Sanchez; **Participative action research; self-care education for the mature adult, a dialogic and empowered process**. Atención Primaria, v. 47, n. 9, p. 573-580, 2015. DOI: 10.1016/j.aprim.2014.12.008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aprim.2014.12.008>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

GRADY, C. L. **Cognitive neuroscience of aging**. Annals of the New York Academy of Sciences, New York, v. 1124, n. 1, p. 127-144, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1196/annals.1440.009>. Acesso em: 21 jun. 2026.

GRAEFF, Bibiana; BESTETTI, Maria Luisa; DOMINGUES, Marisa; CACHIONI, Meire. **Lifelong learning**: perceptions collected through the “Age-friendly Cities” method in the neighborhood of Mooca, São Paulo (Brazil). Zeitschrift für Weiterbildungsforschung, v. 42, n. 1, p. 41-68, 2019. DOI: 10.1007/s40955-018-

0124-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40955-018-0124-6>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

IMLACH, Abbie-Rose; Et. al. **Age is no barrier: predictors of academic success in older learners**. npj Science of Learning, v. 2, art. 13, 2017. doi:10.1038/s41539-017-0014-5. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41539-017-0014-5>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Expectativa de vida chega a 76,6 anos em 2024**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45275-expectativa-de-vida-chega-a-76-6-anos-em-2024>. Acesso em: 24 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 24 maio 2026.

KANDEL, E. et al. **Princípios de neurociências**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

MATOS, Sara Azevedo de; et al. **Aprendizagem como fator de influência na qualidade de vida de pessoas idosas**. Scientia Generalis, Patos de Minas - MG - Brasil, v. 2, n. 2, p. 281–288, 2021. Disponível em: <https://www.scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/207>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MENEZES, A. C. Z.; & NASCIMENTO, E. D. **Estudo longitudinal das habilidades intelectuais de idosos avaliados com a WAIS-III**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 24, n. 3, p. 419–428, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/9zhVKDNJzNbmBpVKTRG97rf/?lang=pt>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

MORANDO, E. M. G. et al. **O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice**. International Journal of Developmental and Educational Psychology, Badajoz, v. 1, n. 2, p. 21-32, 2018. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAE/article/view/1341>. Acesso em: 24 maio 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050**; OMS diz que envelhecer bem deve ser prioridade global. [S. l.], 1 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/55124-mundo-ter%C3%A1-2-bilh%C3%B5es-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global>. Acesso em: 24 maio 2026.

NUNES, B. B. P.; POCAHY, F. A. **Velhice e longevidade nos cotidianos da educação**: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo.

PerCursos, Florianópolis, v. 24, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22639/15734>. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de; GABRY, Thiago da Silva. **Educação, ética e envelhecimento**: o aspecto intergeracional como fator de exclusão no Brasil. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n. 15, p. 161-183, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42422>. Acesso em: 27 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**: resumo. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf. Acesso em: 24 maio 2026.

PEREIRA, I. M. dos S. **Aprendizagem na terceira idade**. Revista UNIFIA, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/005_aprendizagem.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

RESERVE AND RESILIENCE. **Consensus Definitions**. 2024. Disponível em: <https://reserveandresilience.com/definitions/>. Acesso em: 24 maio 2026.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. **Aspectos da relação cérebro-comportamento**: histórico e considerações neuropsicológicas. Revista Psicopedagogia, [S. l.], v. 27, n. 82, p. 117–126, 2010. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/626>. Acesso em: 24 maio 2026.

SANTOS, B. F. et al. **Identificação das crenças em relação à velhice e ganhos percebidos de professores do CIEJA**. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 119-141, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/8211>. Acesso em: 24 de jun. 2026.

SAUNER, Nelita Ferraz de Mello. **Alfabetização de adultos**: a interpretação de textos acompanhados de imagens. Curitiba: Juruá, 2009.

STERN, Yaakov. **Cognitive reserve**. Neuropsychologia, v. 47, n. 10, p. 2015-2028, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2009.03.004>. Acesso em: 24 maio 2026.

UIS - UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. **International Standard Classification of Education**: ISCED 2011. Montreal: UIS, 2012. Disponível em: <https://www.uis.unesco.org/en/methods-and-tools/isced>. Acesso em: 24 maio 2026.

UNESCO. **Reimagining our futures together**: a new social contract for education. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>. Acesso em 03 jul. 2026.

UNICOVSKY, M. A. R.. **A educação como meio para vencer desafios impostos aos idosos**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 57, n. 2, p. 241–243, mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000200022>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

APÊNDICE A – QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

Quadro 1 – Caracterização dos estudos selecionados para análise

Autor(es) / Ano	Título do Estudo	Objetivo	Delineamento metodológico	Principais Achados
BARROS et al. (2021)	A educação no entardecer da vida	Abordar o acesso da população idosa à Educação Formal no Brasil e a privação desse bem simbólico	Pesquisa qualitativa com coleta documental e bibliográfica	O aumento da expectativa de vida exige políticas que atendam às singularidades dos idosos; a escolarização favorece a compensação de perdas e amplia a autonomia
DE BORTOLI & MARCHI (2022)	Educação não formal de idosos: revisão sistemática de metodologias de ensino	Verificar quais metodologias de ensino contribuem para a educação não formal de idosos	Revisão sistemática da literatura considerando artigos publicados até 2020	Idosos preferem aprender temas de interesse pessoal em grupo; ainda há escassez de evidências sólidas sobre formas otimizadas de ensino para essa faixa etária
GÓMEZ (2015)	Participative action research; self-care education for the mature adult, a dialogic and empowered process	Analisar a educação para o autocuidado do adulto maduro como um processo dialógico e emancipador	Investigação-ação participativa (IAP) com grupos de idosos na Espanha	O aprendizado dialógico promove o empoderamento, permitindo que o idoso deixe de ser receptor passivo para assumir agência e autonomia sobre sua própria vida

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quadro 2 – Caracterização dos estudos selecionados para análise

(Continua)

Autor(es) / Ano	Título do Estudo	Objetivo	Delineamento metodológico	Principais Achados
GRAEFF et al. (2019)	<i>Lifelong Learning: Perceptions Collected through the "Age-friendly Cities" Method in the Neighborhood of Mooca, São Paulo (Brazil)</i>	Analisar percepções de idosos sobre a aprendizagem ao longo da vida no contexto de "Cidades Amigas do Idoso"	Pesquisa qualitativa com grupos focais no bairro da Mooca, São Paulo	A oferta de atividades não garante o aprendizado se houver barreiras de acessibilidade; destaca a importância do respeito intergeracional e da socialização
IMLACH et al. (2017)	<i>Age is no barrier: predictors of academic success in older learners</i>	Identificar preditores de sucesso acadêmico e barreiras para aprendizes idosos no ensino superior	Estudo quantitativo investigando fatores associados ao desempenho acadêmico (GPA)	A idade cronológica não impede a aprendizagem; o histórico de estimulação cognitiva e a motivação são preditores de sucesso mais fortes do que a educação prévia
MATOS et al. (2021)	Aprendizagem como fator de influência na qualidade de vida de pessoas idosas	Elucidar as implicações da aprendizagem no processo de envelhecimento, focando em mudanças neurocognitivas	Metodologia descritiva narrativa de natureza qualitativa (revisão de literatura)	A aprendizagem é um fator protetivo que favorece a neuroplasticidade, melhora a qualidade de vida e auxilia na adaptação aos desafios da velhice
MENEZES & NASCIMENTO (2011)	Estudo longitudinal das habilidades intelectuais de idosos avaliados com a WAIS-III	Investigar longitudinalmente o desenvolvimento intelectual de idosos em domínios avaliados pela WAIS-III	Estudo longitudinal com acompanhamento de oito anos entre as avaliações	Idosos de até 74 anos mantiveram estabilidade ou tiveram ganhos em compreensão verbal e linguagem; declínios após os 75 anos não são generalizados

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quadro 3 – Caracterização dos estudos selecionados para análise

(Conclusão)

Autor(es) / Ano	Título do Estudo	Objetivo	Delineamento metodológico	Principais Achados
OLIVEIRA & GABRY (2020)	Educação, ética e envelhecimento: o aspecto intergeracional como fator de exclusão no Brasil	Analisar a relação entre educação e envelhecimento, focando na ética e na exclusão intergeracional	Pesquisa bibliográfica com análise crítica	É vital solidificar espaços educativos que respeitem a pluridiversidade; o idadismo e a solidão são barreiras severas que a educação deve combater
PEREIRA (2018)	Aprendizagem na terceira idade	Apresentar desafios e novos paradigmas da aprendizagem na terceira idade	Revisão bibliográfica abrangente sobre educação e inclusão	O idoso pode aprender até a morte; o aprendizado em grupo recupera a autoconfiança e permite reassumir posições sociais ativas
UNICOVSKY (2004)	A educação como meio para vencer desafios impostos aos idosos	Discutir a educação como meio para idosos vencerem desafios impostos pela idade e sociedade	Artigo de reflexão teórica e revisão de princípios pedagógicos	A educação promove bem-estar físico e emocional; o sucesso depende de princípios como aplicabilidade direta do saber e participação ativa do aluno

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).